

# Múltiplos saberes da diversidade em rede: conexões interculturais no debate da inclusão digital

## Ricardo Damasceno Moura

Pós-graduação em Educação a Distância pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). João Pessoa, PB – Brasil. Especialista em Populações Indígenas da Amazônia – Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém, PA – Brasil. E-mail: tecsocial.moura8@gmail.com

---

## Resumo

O artigo analisa a questão relativa à inclusão digital no espaço amazônico, enfocando as razões para uma inclusão digital/intercultural, os múltiplos saberes culturais existentes, a implementação das novas TICs a partir da etnologia na cibercultura, além de buscar compreender essa nova inclusão digital pautada nos reais interesses dos povos e populações tradicionais da Amazônia. Enfatiza as propostas de inclusão digital presentes na agenda de governo, com o objetivo de questionar a dificuldade de acesso por parte de populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas, tendo em vista que as políticas públicas de inclusão digital não se estendem para essas populações. Com este estudo de caráter ensaístico, chegou-se à conclusão de que ainda há muito a ser feito pelas populações tradicionais da Amazônia, a começar pelo reconhecimento de suas culturas e conquista da cidadania.

## Palavras-chave

Inclusão intercultural e digital. Etnologia e cibercultura. Sustentabilidade.

## Multiple knowledge of network diversity: intercultural connections in the debate on digital inclusion

## Abstract

*The objective of this article is to examine the issue of digital inclusion in the Amazonian space, focusing on the reasons for a digital intercultural inclusion, the multiple cultural knowledge existing the implementation of new ICTs, based on ethnology in cyberculture, as well as to try to understand this new digital inclusion according to the real interests of the traditional Amazonian people. The proposals for digital inclusion as stated in the government agenda are underlined, for the purpose of discussing the difficulties the riverbank inhabitants and Indians have for access, because public policies of digital inclusion do not reach those populations. The conclusion of this essay is that a lot more must be made for the traditional Amazonian population by first understanding their culture and the citizen rights achieved.*

## Keywords

Digital inclusion and intercultural. Ethnology and cyberculture. Sustainability.

## INTRODUÇÃO

Esta contribuição surgiu a partir de minha experiência no trabalho com as populações ribeirinhas como professor e pesquisador de tecnologia social. O problema que sempre vivemos na universidade, quando se inicia um trabalho com inclusão digital, é o da constante afirmação no campo da pesquisa de que a inclusão digital, na forma como vem sendo trabalhada, peca por não ter incorporado os direitos humanos, os direitos sociais e históricos de povos minoritários de maneira ampla, omitindo os elementos de promoção de uma inclusão digital específica e diferenciada.

Comecei a pensar sobre essa afirmação que aparecia nos anos em que vinha desenvolvendo projetos, e por analogia, pensei que na prática as conclusões sobre o que se conceituou como “inclusão digital” não tinham qualquer valor, pois se constituíram em conceitos desvinculados dos reais interesses de populações tradicionais da Amazônia. Essa afirmação seria absurda e suscitaria, ao menos, toda uma redefinição do que seria o processo de inclusão digital, o que não caberia a este trabalho, pois aqui estão apenas observações decorrentes dos meus objetos de análise movidas por grande entusiasmo pela tecnologia.

Nos últimos anos, questões como a democratização do acesso às tecnologias de informação e desenvolvimento sustentável introduzem reflexões importantes acerca de novos referenciais sobre o reconhecimento das populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia.

Escrever sobre a democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação para povos e comunidades tradicionais da Amazônia (ribeirinhos, quilombolas, indígenas) é um grande desafio, pois trata-se de matéria nova, mas que está a nos desafiar pelos múltiplos povos que habitam a Amazônia, tamanhas são as peculiaridades dos territórios dos povos da floresta.

O propósito deste ensaio é trazer alguma contribuição não apenas para as discussões que estão sendo travadas sobre a exclusão digital, mas sobretudo para as discussões cadentes que buscam uma inclusão específica e diferenciada em se

tratando de populações tradicionais da Amazônia.

Nesse sentido, a democratização das tecnologias digitais deve contemplar as inter-relações que coexistem na Amazônia, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos atores envolvidos, os deslocamentos atuais do conceito de inclusão digital.

Tomando-se como referência os aspectos regionais e culturais de cada comunidade, observa-se o aumento do poder das ações alternativas de inclusão intercultural/digital que priorizem novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental. Penso que as reflexões sobre as práticas sociais/digitais em um contexto que resultou em “inclusão” marginal e perversa envolvem uma necessária articulação com entidades civis que têm hoje um papel importante para a implementação de projetos e ações voltados à geração de trabalho e renda.

Vale ressaltar que criar um novo modelo do que se passou a denominar “inclusão digital”, que seja democrático e participativo não é tarefa trivial, pois nos apresenta a possibilidade de analisar as transformações de culturas tradicionais sob o novo sistema eletrônico de comunicação, resultante de novas tecnologias de comunicação e informação.

Como em nenhum outro momento as discussões sobre “inclusão digital” trazem para o âmbito acadêmico os mais diversos conceitos. Mas ao conceituar “inclusão digital” não atentamos se as definições são aquelas desejadas pelos povos e populações tradicionais da Amazônia. Considera-se que as populações tradicionais devem ter o que dizer a respeito de como deveria ser a inclusão digital. Uma inclusão capaz de levar à experiência de inclusão social, abrindo caminho para que os amazônidas ditem os rumos que querem dar ao seu futuro e ao do seu território.

Nesse contexto as populações tradicionais ainda têm pouca presença. Temos um ciberespaço de cerceamento da diversidade cultural e invisibilizador das culturas e cosmologias indígenas e africanas. Um espaço de formação e informação que não foi

absorvido pelos conceitos de inclusão e diversidade que se encontram meramente no plano intelectual.

A apropriação digital através de uma “etnologia na cibercultura” apoiada na tecnologia social traz um novo conceito de diversidade, de etnodesenvolvimento, de cultura como repertório de práticas e do reconhecimento da condição básica dos povos tradicionais.

Em meio à simbologia do espaço de vivência dessas populações se constroem os espaços de Educação Escolar Indígena, amparada na implementação da Lei 11.645/08, como educação bilíngue e diferenciada.

Contudo a nova “cibercultura” vai se configurando; exige que se amplie uma cultura de mobilização e resistência, a formação de movimentos para a estratégia de mobilização múltipla nas diversas comunidades tradicionais, de organizações ciberculturais e sociopolíticas. É um contexto em que a definição do que é inclusão tem seu ritmo dado pelo avanço da consciência coletiva como prática de liberdade e conquista de igualdade.

A necessidade de abordar o tema do acesso às TICs pelas comunidades tradicionais da Amazônia decorre da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas de democratização digital e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade plural da Amazônia, defini-la como intercultural/digital em um espaço onde se articulam natureza, técnica e cultura.

Refletir sobre a complexidade do processo de inclusão digital abre uma estimulante oportunidade para compreender as dificuldades que surgem especialmente para antropólogos, etnólogos e pedagogos que discutem a valorização dos saberes tradicionais.

É uma inclusão que deverá se fazer presente no protagonismo das populações tradicionais, em prol de direitos, e no crescimento das mídias indígenas, ampliando a possibilidade do empoderamento das questões nos aspectos

ambientais, sociais e educacionais.

De modo simples e sistemático enfoco os conceitos de inclusão digital e a apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelas populações tradicionais, relacionando-as com a própria redefinição do papel da inclusão digital, um papel que ainda está em construção. Não menos importante é analisar o papel fundamental das tecnologias digitais como componente político nos processos de desenvolvimento sustentável.

Penso que mais que apresentar a problemática dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, associando-a à situação de pobreza, é ir além por meio de um processo educativo articulado e compromissado com a sustentabilidade e participação. Apoiando-se na defesa de que as populações tradicionais não podem ficar de fora do intercâmbio de informações entrelaçadas nas redes.

Necessário se faz, portanto, efetivamente incluí-las, mas uma *inclusão* que evidencie as possibilidades, as potencialidades e as vantagens que as tecnologias de informação e comunicação trazem para a diversidade cultural e para a emancipação das subjetividades e saberes.

Os debates sobre a inclusão digital estão nas escolas, nas universidades, nas organizações não governamentais, todos discutem e debatem os impactos da sociedade em rede. Acresce-se a isso o surgimento dos arautos de se realizar outra inclusão digital em compasso com os anseios e reivindicações das comunidades tradicionais da Amazônia, ou seja, na perspectiva dos excluídos.

Fica evidente que, dependendo do lugar, da organização social, da pedagogia própria de determinada população, diferente será a resposta para as políticas públicas de inclusão digital, elidindo desse modo a possibilidade de se construir uma reflexão concreta sobre uma inclusão digital diferenciada.

Este ensaio se insere no sentido de busca de outra

visão da inclusão digital com ritmos diversos, com efetiva mudança em seus modelos de estruturação ditados pelas políticas públicas de diversidade.

Divido este trabalho em caminhos: no primeiro, apresento para a reflexão do leitor argumentos de como o acesso aos meios tecnológicos vem ampliando de forma inédita as fontes de conhecimento, permitindo, assim, um avanço significativo na aplicabilidade de novas tecnologias sustentáveis na Amazônia. O segundo trará uma reflexão a respeito de uma inclusão intercultural/digital, uma concepção de inclusão digital respaldada na diversidade, nas relações concretas entre os povos da floresta, em oposição aos programas de inclusão digital que desconsideram os anseios e interesses das populações da Amazônia. No terceiro, aprofundar-se-á a discussão a respeito de uma nova inclusão digital, abordando o espaço da cibercultura e a sua relação com a etnologia para fomentar a interação entre grupos culturais em rede atuando em contextos, propiciando interatividades, inventatividade e saberes.

## **A DIMENSÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA**

Há séculos se entende a Amazônia como um “circuito inferior” com territórios improdutivos, o que confirma que na Amazônia o grande destaque nos noticiários nacionais e internacionais são os alarmes para a situação de pobreza. Mas ao contrário do que se supõe nos municípios encobertos pela floresta, temos territórios com potencialidades, com força, com capacidade, com competência. Isto impõe um duplo desafio para as ciências tecnológicas e sociais. Primeiro, é viabilizar o entendimento de que a tecnologia transforma a realidade social (mesmo diante da imprecisão do conceito de inclusão digital), e segundo, criar a capacidade de geração de riquezas adaptadas aos fenômenos culturais apresentados pelas comunidades tradicionais.

Em algumas regiões da Amazônia brasileira, o

que temos é um conjunto forte de circuitos, de dinâmicas produtivas, de formas de relação e participação. Nesses locais, os empreendimentos de apropriação de tecnologias digitais apoiados na tecnologia social tornam-se grandes impulsionadores da economia dessas cidades.

Os territórios da Amazônia têm presença, porém os problemas socioambientais, a apropriação desigual dos meios de produção, entre outros entraves, contribuíram para uma contrapresença, é uma presença que aparece de um lado na chave de uma agenda perversa, cruel, que é a *agenda da exclusão*, e do outro lado uma agenda positiva de cultura, de produção, de geração de riqueza e valorização do pertencimento.

Sob essa perspectiva é fundamental questionar uma série de atividades totalmente insipientes denominadas “projetos de inclusão digital”, porque essas ações acabam se tornando inócuas, uma vez que as políticas públicas que as viabilizam teimam em desconsiderar o nível de diversidade de realidades da Amazônia e a construção de um saber ambiental.

No entanto, a inclusão digital, antes vista como modismo, hoje precisa ser implementada como algo emancipador para os povos da floresta, no sentido de formar cidadãos capazes de produzir e usufruir de bens culturais, sociais e econômicos.

É visível que ainda hoje as discussões sobre a importância das TICs nos processos de desenvolvimento sustentável na Amazônia ainda não se deram conta de que a preservação precisa, em primeiro lugar, trazer benefícios para os que a habitam. Por que as pesquisas sobre a região não atentaram para o fato de que a forma como estamos debatendo a preservação da Amazônia sempre deixa em segundo plano o fator humano e a cultura popular local? De fato os estudos sobre sustentabilidade pouco têm avançado, pois falta a compreensão de que o destino do homem amazônico está atrelado a fatores econômicos e sociais.

Assim, práticas pedagógicas reflexivas sobre

a democratização das tecnologias digitais provocam mudanças “ecológicas”: elas modificam totalmente as relações no ambiente em que são introduzidas. O fundamental, portanto, é saber em que medida os novos meios/tecnologias alteram a concepção sobre o que é o conhecimento e, no limite, sobre que é a educação. Não uma educação puramente técnica, pensada apenas como treinamento para o uso de equipamentos, mas uma educação que faça da própria tecnologia objeto de interrogação, a fim de que os sujeitos não sejam usados nem abusados por ela. (POSTMAN, 2002).

Para o trabalho com comunidades tradicionais trata-se menos de oferecer um ‘pacote’ fechado de conhecimentos, e mais de se colocar a educação a serviço de uma comunidade que moldará o universo de conhecimentos de que necessita, segundo os momentos e a dinâmica concreta do seu desenvolvimento. E, neste processo, é o conjunto de instrumentos, desde a aula convencional até os sistemas baratos e modernos de TV comunitária, e as novas conquistas tecnológicas, que poderão ser utilizados, num processo em que o educador é mais um ‘parteiro’ do potencial local do que propriamente fonte de saber.

Na esfera pedagógica, a problemática do desenvolvimento sustentável assume ainda neste século um papel central na reflexão sobre as dimensões da informação, do acesso ao ciberespaço como alternativa que adquire novas configurações no espaço amazônico.

Vê-se na Amazônia a construção de redes comunitárias com a finalidade de fornecer informações, incentivar o debate entre outros indígenas e não indígenas e reafirmar o controle democrático sobre as questões ambientais e a política local.

Em comunidades que dispõem de aldeias *on-line*, novos movimentos surgem nas redes sociais para defender as causas indígenas, os direitos humanos e a preservação ambiental. Indígenas que transformam a internet numa ferramenta essencial para disseminar informações, organizar e mobilizar.

Porém, ainda temos um incipiente acesso aos

meios tecnológicos na Amazônia, o que dificulta a ampliação das formas inéditas de novas fontes de conhecimento, ignorando avanços significativos na aplicabilidade de novas tecnologias sustentáveis.

Um novo caminho a ser desenhado passa necessariamente pelo etnodesenvolvimento, por uma mudança no acesso à informação e por políticas públicas que garantam a acessibilidade e a inclusão social.

Assim, ao considerarmos importante para análise da exclusão digital os espaços da Amazônia habitados pelas populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, entre outras, percebe-se que os amazônidas, além de toda exclusão social, consequência de um processo de ocupação do território, têm dificuldade de acesso à saúde, saneamento e principalmente à educação- podemos prever que o processo de democratização das tecnologias ainda é um grande desafio, sendo que alguns municípios não têm sequer acesso à internet.

No entanto, existe um desafio essencial a ser enfrentado, que está centrado na possibilidade de que as tecnologias de informação e comunicação se tornem facilitadoras de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma Amazônia sustentável.

No Brasil, o termo inclusão digital é muito recente e desconhecido para grande parte dos brasileiros que ocupam os espaços longínquos da Amazônia. Há um desconhecimento tanto em termos de concepção quanto em suas múltiplas formas de implementação.

Atualmente, o processo de inclusão digital pode ser definido como

Um conjunto de políticas públicas que está relacionado à aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais, como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. Assim, estabelece-se uma relação intrínseca entre acesso/uso. É a partir do uso que as pessoas fazem das informações que se podem distinguir níveis ou tipos de inclusão digital. (BAVA, 2004, p.40)

A discussão sobre a inclusão digital tem girado, basicamente, em torno de um de seus pilares, que é o acesso à utilização de equipamento, programas de computador e navegação. No entanto, as ações de democratização das tecnologias digitais vão além. Sinalizam para dois objetivos fundamentais: um de caráter de equiparação de oportunidades e de acesso; o outro de caráter formativo – relacionado à aprendizagem necessária ao indivíduo para interagir no mundo das mídias digitais, podendo não apenas saber aonde encontrar a informação, mas também qualificá-la e torná-la útil para seu dia a dia.

Tendo como base essas orientações, é fundamental um trabalho que desenvolva práticas pedagógicas de acesso às TICs capazes de gerar competências simbólicas para os atores sociais da Amazônia, permitindo, dessa forma, articular os vários espaços de diversidades, de conhecimentos por onde trafegam: *o universo cultural dos indivíduos ou de uma comunidade*.

Porém o trabalho com as TICs precisa avançar o campo das políticas de inclusão social, para, com isso, poder trabalhar visando ao fortalecimento das culturas e dos valores locais.

Há inexistência de políticas de ações afirmativas nas principais universidades brasileiras para indígenas e indiodescendentes. Observa-se, portanto, pouco empenho das universidades no sentido de ter pesquisadores indígenas, pois isso exige não somente a aplicação de novas tecnologias, mas a *apropriação e ressignificação tecnológica* em termo de empoderamento de povos vulnerabilizados.

Hoje em dia, o que se vê é que a exclusão se dá já pela forma como as tecnologias digitais são pensadas e exercidas na academia: na contramão da democratização, sem a necessidade de serem consolidadas em diferentes espaços.

A universidade ainda constitui um espaço pouco democrático para o amplo acesso digital, pois que, mesmo os conhecimentos nativos, quando transformados em uma linguagem científica, acabam se tornando incompreensíveis para as populações tradicionais.

A exclusão se dá duplamente, pois a linguagem científica acaba por *borrar o acesso ao conhecimento científico* e, além disso, os problemas e dilemas enfrentados pelas populações da Amazônia não são reconhecidos como temas legítimos para a academia. Desse modo, não chega a se constituir uma comunidade científica forte organizada em torno da pesquisa, de soluções para os problemas de povos e comunidades tradicionais. E quando soluções são encontradas, elas não logram ser distribuídas de modo a causar um impacto significativo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, pensar em democratização das tecnologias digitais para a inclusão social perpassa pelo questionamento da relevância, do uso e da aplicação das pesquisas financiadas pelas agências fomentadoras.

Nesse sentido, a questão da inclusão digital está associada à dimensão sustentável, ecológica, ambiental, dimensão econômica e social do uso da tecnologia, capaz de propiciar mais que o acesso às populações da Amazônia- que estão longe de serem atendidas nas questões cadentes que elas trazem para o debate.

## **OS EXCLUÍDOS DA FLORESTA E AS DESIGUALDADES DE ACESSO À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**

O conceito de inclusão digital se enfraqueceu diante dos abissais índices de pobreza que resultaram na divisão digital, retirando de povos minoritários a capacidade de aprender a aprender, e saber o que fazer com o que se aprende.

Portanto, parece a nosso ver que a definição de inclusão digital e inclusão social são dissonantes, abrindo caminho para a desigualdade social. Em meio a esse processo surgem os anseios dos povos indígenas, como atores que não querem mais ser vistos como “povos exóticos”, mas que precisam sentir-se incluídos pelas políticas públicas de inclusão digital.

A inclusão intercultural/digital nos permite compreender a constituição da sociedade em rede e a procura por uma teorização que se aproxime das reivindicações dos povos da Amazônia, uma concepção de “inclusão” a partir da perspectiva dos excluídos.

O conceito de inclusão intercultural/digital aplicado à inserção tecnológica na Amazônia demanda cada vez mais novos enfoques de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis para as comunidades. Esse novo conceito se consubstancia na possibilidade de lidar com conexões entre diferentes etnias, propiciando entrelaçamentos em rede e múltiplos compartilhamentos entre múltiplos saberes.

Repensar a inclusão digital põe à frente um grande desafio de reconhecimento da cultura e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, refere-se a uma perspectiva política de construção de conteúdos e compartilhamento de saberes a partir de uma perspectiva política: para qual lutar, pelo qual lutar, para que lutar? Uma luta por reconhecimentos e direito à cidadania que se dissemina também em redes.

Os “povos da floresta” participam então dessas redes como populações dinâmicas com capacidade de compreender e articular tecnologias cognitivas conectadas a interesses comuns de cada grupo étnico.

Uma inclusão digital diferenciada e específica que restabeleça o respeito às diferenças, ampliando a significação do *habitat* de populações indígenas, reside numa nova aprendizagem. Há de se pensar, também, de forma geral, quais são os benefícios e as implicações da tecnologia nas relações sociais na Amazônia. (PROGRAMA CULTURA E PENSAMENTO, Ministério da Cultura, 2011).

Contudo, existem debates contrários a essa inclusão, que impedem ou dificultam uma discussão profunda sobre o processo de inclusão digital específica para grupos étnicos e com muitas cosmologias indígenas e africanas, e com

menos chances de serem incluídos digitalmente; e mais que isso, inibem ou tentam impedir a implementação de políticas públicas com base na diversidade. Para Gates (1995, p.50), essa situação se agrava “se não temos um sólido campo de discussão de como essa inclusão digital pode ser realizada.” No entanto, a viabilidade de um trabalho efetivo requer um conhecimento preciso das comunidades que habitam esse território imerso na floresta.

Freire (1980, p.35) afirma que a inclusão parte da ideia da transformação do homem em sujeito a partir da reflexão sobre a sua situação, sobre o seu ambiente concreto. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la.

Todavia, negligenciar a inclusão de comunidades tradicionais da Amazônia ao acesso às TICs é destituí-las de sua condição de sujeitos, aprofundando a desigualdade, impedindo que atores sociais se estruturam e se organizem originando novas formas de resistências coletivas contra a opressão.

Para Sawaia (2001, p.8), temos uma proposta não de inclusão, porém de inserção social perversa, pois a sociedade “exclui” para “incluir” e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Portanto, em lugar da inclusão, o que se tem é a “dialética da inclusão/exclusão”, principalmente quando se pensa nas populações tradicionais.

Em síntese, a exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros.

De acordo com Foracchi (1982, p.109), o conceito de exclusão social é dinâmico, referindo-se tanto a processos quanto a situações consequentes. (...) Mais claramente que o conceito de pobreza, compreendido muito frequentemente como referindo-se exclusivamente à renda, ele também estabelece a natureza multidimensional dos mecanismos através

dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e identidade(...), ele vai ao mesmo tempo englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços.

Na Amazônia, com relação à situação atual dos povos tradicionais, observa-se que as políticas econômicas acabam por provocar políticas de inclusão precária e marginal.

Os “excluídos da floresta” não são apenas rejeitados física, geográfica ou materialmente, mas de todas as riquezas de seus valores que não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural.

A situação da maioria das populações da Amazônia se associa ao contexto da exclusão, pois se vincula às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação.

A perspectiva de trabalho de combate à exclusão tem ainda de prever níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania, possibilitando a autonomia de vida dos povos da floresta.

Daí a necessidade de uma inclusão intercultural/digital, um saber ainda em construção, que demanda empenho para fortalecer a garantia do acesso às tecnologias mediante a consolidação de canais abertos para a participação de uma pluralidade de atores em processos decisórios de interesse público.

## A ETNOLOGIA NA CIBERCULTURA

Inicialmente, o que verificamos na Amazônia é um processo que envolve relações entre coletividades distintas no mesmo espaço e nos remete a pensar em uma “etnologia na cibercultura” que não trata tão só da cultura material dos povos, mas sobretudo da forma de interação entre grupos culturais atuando em contextos sociais comuns em ambientes digitais.

Em meio a programas do governo brasileiro, a inclusão digital surge como medida ou programa pró-acesso/uso, é a marginalização de grandes camadas da população, que por carecer das condições mínimas de

bem-estar, não têm um acesso mínimo assegurado às tecnologias de informação, que são elementos-chaves para a formação integral do ser humano, no que diz respeito ao acesso e uso das informações. Porém, a erradicação da exclusão digital não aparece nesse cenário articulada com outras políticas de luta contra as diversas desigualdades sociais.

Em sua crítica, Moura (2008, p.20) diz que o processo de inclusão digital como tem sido visto peca por não ter incorporado os direitos humanos, os direitos sociais e históricos de povos minoritários de maneira ampla, omitindo os elementos de promoção de uma inclusão digital específica e diferenciada, capaz de criar programas e iniciativas de formação e informação direcionadas para comunidades tradicionais.

A democratização do acesso à tecnologia tem sido assumida em diversos graus pelos governos nacionais de turno, isto é, tem sido até agora medidas públicas ligadas a partidos políticos. Porém, iniciativas da área privada, da sociedade civil, empresas transnacionais e organismos internacionais já têm criado algumas medidas de inclusão digital.

O atual plano de governo para a inclusão digital precisa conferir importância à democratização do acesso às TICs como política pública pautada por dois pressupostos de reconhecer que a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano. E de que hoje o *direito à comunicação* é sinônimo de direito à comunicação mediada por computador, portanto, trata-se de uma *questão de cidadania*.

Os programas de inclusão social em nenhum instante de sua elaboração incluíram em sua pauta a diversidade como fenômeno ou conceito que se estende muito além do acesso. Para Silva (1996, p. 20), a diversidade amazônica diz respeito às variedades de grupos, etnias, indivíduos, condições socioeconômicas, trajetórias sociais, origens geográficas, deslocamentos territoriais, visões de mundo, práticas culturais, crenças, religiões etc. Por isso, hoje há dificuldades de constituir políticas de inclusão digital nas comunidades da Amazônia; porque antes não se estabeleceu no âmbito dos desafios e dos esforços voltados para promover pesquisas com vistas à formulação de políticas de apropriação das

TICs pelos ribeirinhos e indígenas que tenham como meta a valorização da diversidade.

As reflexões e análises, infelizmente, não se produziram a partir de horizontes necessariamente críticos em relação ao cenário atual dessas comunidades. Entende-se que a compreensão do ambiente cultural, étnico, social em que serão inseridas é condição necessária que se converte em uma *ferramenta de mediação* entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas.

Nessa direção, que efeitos têm hoje as políticas públicas de inclusão digital para o empoderamento de direitos, e quais os desafios das populações tradicionais à medida que estes cobram esforços para a promoção de um mundo social mais solidário e reconhecedor da diversidade?

Para se ter uma ideia, o processo de inclusão digital representou para o governo unicamente uma medida de tipo social, que primeiramente pretende fazer parte da parcela urbana da população que não tem nenhum tipo de acesso às TICs, estimulando sobretudo o uso eficiente e eficaz de ferramentas. Reitera-se que ficaram de fora as culturas minoritárias.

As etnias do Brasil nos programas sociais não foram consideradas uma prioridade, o que levou a que os mesmos indígenas e ribeirinhos se organizassem em associações para demandar sua participação ou inclusão nas políticas de combate à exclusão digital. Por que justamente as populações tradicionais não seriam incluídas? Por que teriam que ficar à margem do processo tecnológico? Segundo Pierre Lévy (1999), a inclusão digital traz consigo o problema da questão da exclusão. Para ele, o crescimento do ciberespaço provoca uma exclusão social: “A cibercultura provoca exclusões?, é, evidentemente, uma pergunta central em uma sociedade mundial na qual a exclusão (ou seja, a forma contemporânea, de injustiça social) é uma das principais doenças” (LÉVY, 1999, p.235).

Nesse contexto de “exclusões”, uma cibercultura pautada na etnologia alerta para as condições entre as possibilidades do reconhecimento do

saber tradicional em rede, favorecendo a troca de conhecimentos e a efetiva participação pública de populações da Amazônia nas tomadas de decisão em prol de uma inclusão sociodigital que pode ser efetivada no bojo das discussões sobre desenvolvimento socioambiental.

Na sociedade em rede, tudo interconecta-se: as pessoas, os espaços, as tecnologias. Surowiecki (2006, p.12) identifica esse processo como sabedoria das multidões, pois grupos diferentes conectados compartilham informações e resultados. Já Pierre Levy (1998, p.28) fala em inteligência coletiva: é uma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva de grupos e movimentos que buscam não somente uma satisfação, mas o reconhecimento de suas culturas, identidades e aspirações.

O olhar antropológico da etnologia torna-se imprescindível para nos dar a ideia do processo de inserção tecnológica de populações tradicionais da Amazônia a partir de uma *inclusão intercultural/ digital*, que surja no âmbito dos espaços indígenas e quilombolas, levando em consideração os temas que nascem da diversidade e das inquietudes dos povos da floresta.

Nesse contexto, pode-se considerar que as populações da Amazônia construíram uma organização baseada em princípios voltados para conservação da natureza, ancestralidade, uso coletivo da terra, relações de parentescos, formando assim uma territorialidade diferenciada.

Povos indígenas que resistiram ao longo da história e constituíram organizações representativas de suas categorias, estabelecendo um processo de reivindicação política pautado na visibilidade e no reconhecimento de direitos.

Nessa perspectiva, segundo Bauman (2005, p.20), para que haja de fato uma apropriação tecnológica ressignificante de povos tradicionais, ela deve ser implementada dentro de critérios que não neguem suas raízes nem suas histórias. Uma inclusão capaz de trazê-

los para a problemática de suas populações, propondo *diálogos interculturais em rede* sobre as preocupações convergentes da comunidade.

Consideramos que um primeiro passo nessa direção é reconhecer que a inclusão que se vem realizando hoje na Amazônia termina por negar a diferença ou silenciá-la. Então se propõe mediante processo específico e diferenciado de inclusão digital colocar ênfase na diferença, e garantir por meio da tecnologia a expressão das diferentes identidades e interfaces culturais presentes em determinado contexto indígena ou quilombola, assegurando espaços em redes digitais para que elas possam se expressar.

A inclusão digital numa *perspectiva intercultural* objetiva promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Certamente tem-se de levar em consideração que cada cultura tem suas raízes, e elas são históricas e dinâmicas.

Para Catherine Walsh (2001, p.10-11), a interculturalidade é:

Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes, práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença.

Outro elemento importante para a inclusão digital/intercultural é o processo de empoderamento de direitos, principalmente orientando os atores sociais que com o advento da globalização têm menos poder na sociedade da informação e menores possibilidades de influir nas decisões políticas e nos processos coletivos. Aliás, o empoderamento favorece sua organização e sua participação ativa na sociedade.

Por isso, o processo de inclusão digital é também uma ação afirmativa concebida no sentido de desenvolver estratégias e metodologias de fortalecimento do poder de grupos vulnerabilizados para que eles possam lutar pela igualdade de condições de vida em sociedades marcadas por mecanismos estruturais de desigualdade e discriminação.

Outro aspecto fundamental é a formação para uma

cidadania, capaz de reconhecer as assimetrias de poder entre os diferentes grupos culturais e de trabalhar os conflitos e promover reações solidárias.

## OBSERVAÇÕES FINAIS

Talvez uma das características mais importantes da democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação seja o amplo espectro de práticas que ensejam uma transformação paulatina nos comportamentos e na mentalidade da sociedade, sobretudo das novas gerações que habitam a floresta, no sentido de refletir sobre as desigualdades de acesso à sociedade da informação e do conhecimento, relacionadas, em potencial, à exclusão socioeconômica, mas também ao tratamento da diversidade étnica com seus dilemas, impasses e avanços.

Para a efetiva democratização do acesso às TICs, pautada no conceito de diversidade e cidadania, faz-se necessária uma ação formativa, com a participação estadual, municipal e federal, reunindo a sociedade civil, universidades e empresas para a formulação de políticas públicas para a “inclusão”.

É fundamental que essa inclusão tenha como proposta perceber a realidade das populações tradicionais da Amazônia no processo de construção do conhecimento, por meio do acesso, da apropriação de novos saberes, da colaboração, do reconhecimento das línguas indígenas e de outras minorias étnicas. O processo de erradicação da exclusão digital traz novas possibilidades para povos e comunidades tradicionais que foram historicamente objetos passivos de políticas indigenistas assimilacionistas e tutelares, silenciados em suas culturas e identidades, mas agora buscam o reconhecimento pelas práticas pedagógicas que desenvolvem como sujeitos com cultura e conhecimento.

A inclusão intercultural/digital destinada a segmentos que por séculos viveram em condição de invisibilidade é também uma forma de ação reparadora, tendo em vista que se desenvolve entre grupos específicos que apresentam menores chances de serem incluídos digitalmente.

Algumas etnias começaram a se organizar para ser partícipes da chamada sociedade da informação, porém em geral têm tido um papel passivo, sendo receptores de medidas governamentais ou privadas, o que poderia influir na demora na expansão de programas de inclusão digital para elas.

Concluimos afirmando que é preciso estimular a construção de redes locais comunitárias que se interconectem à infraestrutura ofertada pelo governo federal. Essas redes podem ser geridas por conselhos integrados pelo poder público e por representantes da sociedade civil. Sua malha poderá ser composta por um conjunto de tecnologias (wifi, wimax, mesh, fibra, PLC, etc.), adaptado a cada específica localidade. Em algumas aldeias a conexão é via sistema ADLS<sup>1</sup>, o que permite a comunicação digital em alta velocidade, incluindo sinais de vídeo.

Conclusivamente, não podemos afastar as novas possibilidades tecnológicas, sobretudo a disseminação do GNU/ Linux. As soluções de *software* livre devem ser consideradas como potencializadoras do processo de inclusão digital.

Com essa perspectiva, espera-se que surjam novos debates para que possamos dividir experiências, trazer inéditas contribuições para o desenvolvimento social, além de assegurar uma nova tomada de pensamento. Nesse sentido, experiências concretas de apropriação social da tecnologia de informação e comunicação (TIC) impulsionam metodologias nas quais se constroem os parâmetros, aliando os saberes das comunidades aos conhecimentos técnicos.

## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração e estímulo dos professores doutora. Eneida Corrêa de Assis (UFPA) e Professor PH.D. Louis Carlos Forline (Universidade de Nevada Reno). A todos quero manifestar os meus sinceros agradecimentos.

<sup>1</sup> ADLS é o acesso à internet em alta velocidade.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.
- BAVA, Silvio Caccia. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: Tecnologias Sociais: uma estratégia para o desenvolvimento. Brasília, 2004, p. 103-116.
- FORACCHI, Marialice. A participação social dos excluídos. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FREIRE, Paulo. Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Morales, 1980.
- GATES, Bill. A Estrada do Futuro. Tradução de Beth Vieira. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995
- LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Record, 1998.
- \_\_\_\_\_ Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MOURA, Ricardo Damasceno. *Em Currálinho, no Marajó*. Ministério da Cultura, Programa Cultura e Pensamento. 2011. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/culturaepensamento/artigos/em-currálinho-no-marajo/>. Acesso em: 28 fev. 2013.
- MOURA, Ricardo Damasceno. Inclusão digital na Amazônia. O Liberal, Belém, p.02, 08 mar. 2008.
- POSTMAN, Neil. O fim da Educação: redefinindo o valor da escola. Rio de Janeiro: Graphia. 2002.
- SAWAIA, Bader. Exclusão ou Inclusão perversa? As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. SAWAIA, Bader (Orgs.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. p.07-13.
- SILVA, Luiz Heron et al.(Org.). Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996.
- SUROWIECKI, James. A sabedoria das multidões. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- WALSH, Catherine. La educación intercultural em la Educación. Ministério de Educación. Peru, 2001.